



MIGRANTES IDOSOS NO BRASIL: ESTRUTURA ETÁRIA, RETORNO E A SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Rodrigo Coelho de Carvalho ¹

Carlos Lobo ²

Rodrigo Nunes Ferreira ³

RESUMO

O rápido processo de envelhecimento da população brasileira, para além da dimensão eminentemente demográfica, tem reflexos em diversos aspectos sociais e econômicos, como aqueles associados ao mercado de trabalho e ao sistema previdenciário. Mesmo assim, surpreende a escassez de estudos voltados a análise da migração dos idosos no Brasil. Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é investigar o perfil etário, a distribuição regional e a inserção ocupacional desses migrantes, discriminados em retornados/não retornados e aposentados/ocupados, utilizando dados extraídos dos censos demográficos de 1991 e 2010. Os resultados indicaram que, apesar do crescimento em termos absolutos, houve uma redução da intensidade migratória dos idosos, sobretudo entre os mais jovens. Também se observou a prevalência de aposentados, especialmente aqueles não retornados ao município de nascimento. Os migrantes ocupados, detectados em menor volume, concentram-se na porção centro-sul do país e estão ocupados em categorias que exigem menor qualificação profissional.

Palavras-chave: Migração, Idosos, Ocupação, Aposentadoria, Retorno.

ABSTRACT

The rapid aging of the Brazilian population, in addition to its eminently demographic dimension, has repercussions on various social and economic aspects, such as those associated with the labor market and the social security system. Even so, there is a surprising lack of studies regarding elderly migration in Brazil. In this context, this study aims to investigate the age profile, regional distribution and occupational insertion of these migrants, divided into returnees/non-returnees and retired/occupied, using data from the 1991 and 2010 demographic censuses. The results indicated that, despite the growth in absolute terms, there was a reduction in the migratory intensity of the elderly, especially among the youngest. There was also a prevalence of retired people, especially those who had not returned to their birthplace. Occupied migrants, detected in smaller numbers, are concentrated in the central-southern part of the country and are employed in categories that require lower professional qualifications.

Keywords: Migration, Elderly, Occupation, Retirement, Return.

INTRODUÇÃO

¹ Doutor pelo Curso de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, rccgeo@gmail.com;

² Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, carlosfflobo@gmail.com;

³ Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, rodrigounesferreira@gmail.com;



Desde finais da década de 1960, a acelerada queda da fecundidade no Brasil, bem como a queda da mortalidade (que já havia experimentado queda nas décadas anteriores), foram responsáveis pelo rápido processo de envelhecimento populacional, modificando significativamente a estrutura etária do país (Carvalho, 2003; Brito, 2018). Entre 1991 e 2010, a idade mediana subiu de 22 para 29 anos. Em 2022 atingiu 35 anos, segundo dados preliminares do último censo demográfico brasileiro. A proporção de idosos – aqui considerados como pessoas de 60 anos ou mais de idade, conforme definido pela legislação brasileira - aumentou 3,5 pontos percentuais (p.p.), passando de 7,3% em 1991, para 10,8% em 2010 e 15,8% em 2022. Em termos de estoque, representou um acréscimo de quase 10 milhões de pessoas nesse grupo etário. No mesmo período, o índice de envelhecimento – representado pelo número de pessoas com 60 anos ou mais em relação a um grupo de 100 pessoas de até 14 anos - passou de 21,0 para 44,8 em 2010, atingindo 80,0 em 2022. De acordo com a última revisão das projeções de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a proporção de idosos vai ultrapassar a de jovens de até 14 anos no Brasil em 2031. É importante ressaltar que essas estatísticas, embora concernentes ao caso brasileiro, são representativas de uma tendência mais ampla de envelhecimento da população mundial (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais [UN DESA], 2020).

Frente ao acelerado envelhecimento da população, uma série de novos desafios e oportunidades se apresentam, o que deve ter implicações diretas na formulação e implementação de diversas políticas públicas. Contudo, surpreende a escassez de estudos dedicados à mobilidade de idosos no Brasil, inclusive no que se refere às migrações internas, que podem ter potenciais impactos em diferentes áreas, como saúde pública, arranjos familiares e relações de suporte, mercado de trabalho e, principalmente no caso dos aposentados, na transferência de renda no território (Campos e Barbieri, 2013). Em países mais desenvolvidos e em estágios mais avançados da transição demográfica, a literatura sobre o tema é relativamente abundante, o que se justifica pelas possíveis implicações demográficas, sociais e econômicas nos locais de origem e destino dos fluxos (Walters, 2000; Campos e Barbieri, 2013). Todavia, mesmo entre esses trabalhos, poucos abordam diretamente padrões espaciais da migração. Castro e Rogers (1984), por exemplo, pioneiros e referências na área, demonstraram que os padrões espaciais da migração são sensíveis às mudanças na estrutura por sexo e idade da população.

Há, ainda, várias incertezas quanto à participação dos idosos no mercado de trabalho, tanto como uma necessidade conjuntural, como uma decorrência dos aspectos estruturais, sejam eles econômicos ou sociais. Como já observado por Camarano (2021), a participação do idoso



no mercado de trabalho é importante não só em termos de seu impacto na composição da população economicamente ativa (PEA), mas também na sua renda. Contudo, dentro do período analisado pela autora (1978/1998), essa participação sofreu poucas variações, não mostrando uma resposta expressiva ao aumento da participação de aposentados. Ainda de acordo com essa mesma autora, a participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é expressiva considerando os padrões internacionais. Isso está relacionado a uma particularidade brasileira: a permanência ou retorno do aposentado ao mercado de trabalho. Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004) também identificaram tendências de expressivo crescimento da proporção de aposentados entre os idosos economicamente ativos no Brasil, especialmente em decorrência da ampliação da cobertura previdenciária pós-Constituição de 1988. Contudo, como destaca Felix (2016), ainda que haja mais idosos disponíveis no mercado de trabalho, devido ao envelhecimento da população, a oferta de trabalho não absorvida pelo mercado é maior, antecipando a fase de inatividade de muitos trabalhadores idosos. Quando absorvida, a mão de obra idosa é vulnerável e apresenta uma inserção marginal na atividade econômica, sob várias maneiras de informalidade.

Diante desse contexto, algumas questões se apresentam, tais como: a transição demográfica e o consequente aumento da população idosa impactaram a distribuição espacial e a estrutura etária das migrações internas no Brasil? Há distintos padrões etários e espaciais na migração de idosos? Qual é a efetiva participação da migração de retorno especificamente para a população idosa? Esses retornados são predominantes aposentados, compostos por aqueles que encerraram seu ciclo laboral fora do local de nascimento? A taxa de ocupação dos migrantes idosos mais jovens (até 65 anos) tem aumentado? Tendo essas questões como linhas condutoras da pesquisa, o objetivo desse trabalho é investigar o perfil etário, a distribuição regional e a inserção ocupacional dos migrantes de idosos no Brasil, discriminados em retornados/não retornados e aposentados/ocupados, utilizando dados extraídos dos censos demográficos de 1991 e 2010. Parte-se do suposto que as alterações na estrutura etária da população brasileira e as mudanças no mercado de trabalho e do sistema previdenciário impactaram diretamente a migração dos idosos no país, especialmente entre os “jovens idosos”. Acredita-se que a ampliação do tempo de contribuição previdenciária e a consequente manutenção dessa população em atividade ocupacional, esteja reduzido a participação relativa da migração de retorno entre os idosos. Por consequência, espera-se um crescimento da migração da população ocupada entre os jovens idosos, sobretudo aqueles com até 65 anos de idade.

Esse artigo está dividido em quatro seções, incluindo essa introdução. A próxima seção apresenta uma sucinta incursão teórica sobre a migração de idosos, tendo como base uma



revisão da literatura específica sobre o tema. Em seguida, são apresentadas as bases de dados e conceituais, além dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, incluindo o tratamento dos dados censitários referentes à migração de idosos e as estratégias metodológicas utilizadas para analisar sua distribuição espacial. A seção seguinte apresenta os resultados, análises e discussões. O artigo se encerra com algumas conclusões e considerações a respeito dos principais achados do trabalho, bem como uma agenda sobre perspectivas futuras em pesquisas sobre o tema.

O RETORNO E A SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS MIGRANTES IDOSOS

A análise das causas e efeitos da migração no espaço oferece uma aproximação adicional a processos sociais mais amplos ou específicos, incorporando aspectos referentes da dinâmica demográfica à dimensão regional. Permite avaliar os fluxos no espaço geográfico, não se limitando a um indicador de concentração ou dispersão demográfica (estoques e fluxos), bem como das atividades econômicas. Possibilitam, ainda, identificar características inerentes a população migrante, as formas institucionais de difusão de informações e inovações, a inserção tardia ou avançada na transição demográfica e os graus de desigualdade regional quando se discute o fim do padrão concentrador das atividades. A migração não é um mero fluxo de pessoas no espaço. São fluxos que têm significado social. Envolve a combinação de fatores estruturais, referentes ao sistema de produção e as necessidades do mercado de trabalho, como já demonstrado por Singer (1973), bem como a existência de redes socioespaciais que alimentam e dão suporte à mobilidade da população. Tem, portanto, significado social e pessoal, oferecendo sinais sobre a estruturação de espaços dinâmicos ou estagnados, não raros organizados em padrões genéricos ou específicos. Contudo, sabe-se que, devido à seletividade etária, os padrões espaciais da migração tendem a se diferenciar por idade. Isso ocorre porque a motivação para a migração representa a principal razão para a diferença espacial dos fluxos migratórios (Campos e Barbieri, 2013).

Diferentes eventos e transições vitais são associados a diferentes propensões a migrar e a fatores associados aos locais de origem e destino dos fluxos, característicos de cada região. Em outras palavras, os fatores que levam a esmagadora maioria dos migrantes a migrar – normalmente jovens adultos – diferem muito dos fatores que levam idosos a migrar. Entre as transições ocorridas ao longo do ciclo de vida que influenciam nas decisões migratórias, a aposentadoria é um determinante essencial no caso dos idosos e por isso foi abordado no presente estudo. Em estudo comparativo envolvendo diversos países, Bernard, Bell e Charles-



Edwards (2014) concluíram que os perfis etários da migração, de forma geral, espelham estruturas etárias de transições chave do ciclo de vida. Santos et al. (2023), por sua vez, constataram estreita relação entre as migrações e as transições no curso de vida no Brasil (mas vale ressaltar que a migração de idosos não foi contemplada).

Enquanto a migração de jovens adultos é determinada, sobretudo, por fatores como o ingresso no ensino superior, entrada no mercado de trabalho ou casamento, no caso dos idosos, além da aposentadoria, também têm importância fatores como “estado de saúde, procura por suporte e reunião familiar, viuvez e busca por residência em locais que apresentam ‘amenidades’, como clima agradável, baixo custo de vida, segurança e instituições de saúde” (Campos e Barbieri, p.70). Esses mesmos autores dão exemplos de diversos estudos dedicados exclusivamente a cada um desses temas, mas também chamam atenção para o fato de que esses fatores normalmente atuam de forma conjunta, o que levou à criação de diversas tipologias de migrantes idosos, como, por exemplo, as propostas por Wiseman e Roseman (1979); Litwalk e Longino (1987) e Walters (2000).

Quanto às migrações de retorno, também abordadas neste estudo, Walters (2002), constatou que são um componente importante em diferentes tipologias em uma extensa revisão bibliográfica sobre a migração de idosos nos Estados Unidos. Todavia, a literatura explorada pelo autor diverge em relação ao perfil dos retornados: enquanto alguns trabalhos afirmam que essa situação é particularmente comum entre recém-aposentados (que buscam uma localidade familiar, com amenidades atraentes e menor custo de vida), outros afirmam que é mais comum entre idosos mais velhos, que buscam suporte informal e familiar com parentes, em resposta à viuvez e saúde declinante.

O fato de a oferta de empregos deixar de ser um requisito locacional relevante em idades mais avançadas pode levar à busca de destinos diferenciados entre idosos e o resto da população. Todavia, como uma grande parcela dos migrantes migra de forma dependente de outras pessoas (Mincer, 1978), além das etapas do ciclo de vida individual, também é importante considerar o ciclo de vida domiciliar ou familiar, ou seja, as variações ao longo do tempo de características como composição, idade e relações de parentesco: “assim como no caso do ciclo de vida individual, a etapa em que o domicílio encontra-se no ciclo de vida influencia sua demanda por residência e, com isso, altera sua propensão migratória” (Campos e Barbieri, 2013, p.72).

Por esse mesmo motivo, Castro e Rogers (1984) já destacavam a utilidade de enquadrar a migração dentro de um arcabouço que considera movimentos dependentes (migrações de famílias) e independentes (indivíduos que migram sozinhos). Eles também



mostram como a composição etária da migração reflete aspectos chave da estrutura familiar (como níveis de dependência) e dos padrões migratórios, assim como a composição etária das populações refletem regimes particulares de fecundidade e mortalidade. A consideração do contexto familiar ou domiciliar é importante porque está relacionada à unidade decisória e motivação da migração, aspecto destacado pelos teóricos da “Nova Economia da Migração Laboral (Stark e Bloom, 1985). Por exemplo, em migrações familiares é mais provável que haja uma parcela maior de crianças e idosos em comparação aos movimentos individuais. A compreensão dos determinantes da migração de idosos também deve considerar, além das características individuais desses migrantes e de seu contexto familiar, os atributos dos locais envolvidos nesses fluxos, de modo a identificar preferências locacionais e possíveis fatores que levam à evasão de idosos. Nem todos os movimentos são causados por transições no curso de vida e, em alguns casos, mudanças contextuais (normalmente tratadas como determinantes distantes) podem provocar migrações diretamente, como no caso de mudanças nas condições econômicas de uma determinada região (Bernard et al., 2014).

Para Campos e Barbieri (2013), a exploração das características inerentes às regiões de origem e destino das migrações dos idosos é uma importante lacuna na literatura nacional. Portanto, além dos aspectos associados ao ciclo de vida (dos indivíduos e dos domicílios), ao estágio na trajetória laboral e condicionantes conjunturais, é necessário avaliar os diferenciais regionais, que podem refletir padrões migratórios distintos. Rogers (1988), por exemplo, constatou uma forte relação entre distância e os padrões etários das migrações de idosos, destacando que análises devem levar essa relação em consideração. Além disso, constatou uma forte relação entre distância e concentração espacial dos fluxos, ou seja, que migrações de idosos de longa distância (normalmente relacionadas à busca por amenidades) é bem mais espacialmente concentrada em poucos destinos que migrações de curta distância (normalmente motivadas pela busca por assistência).

Para além dos aspectos eminentemente demográficos, fundamentados em evidências empíricas robustas sobre o impacto das mudanças na estrutura etária da população na migração, cabe uma reflexão sobre as incertezas quanto à participação dos idosos no mercado de trabalho, tanto como uma necessidade conjuntural, como uma decorrência dos aspectos estruturais, sejam eles econômicos ou sociais.

Há uma lacuna quanto aos impactos desses aspectos estruturais na necessidade de migração da população idosa. Considerando o acelerado crescimento populacional dos idosos decorrente da queda da fecundidade no país (Wong e Carvalho, 2006; Carvalho e Garcia, 2003), torna-se essencial uma análise mais detalhada da manutenção ou reinserção dessa população no



mercado de trabalho (Camarano, 2021), via migração de retorno ou não, discriminados pela situação de aposentadoria. Pesquisas que caracterizam e discriminam a migração desse grupo populacional não são frequentes, o que requer um investimento na produção de novas evidências e indicadores específicos.

METODOLOGIA

As principais bases de dados para as análises e considerações foram extraídas dos microdados da amostra dos censos demográficos de 1991 e 2010. Embora o último recenseamento brasileiro tenha sido realizado em 2022, os resultados referentes a pesquisa amostral ainda não foram publicados. Esses dados permitiriam a estimação dos fluxos migratórios internos de retornados e não retornados, bem como o cruzamento com variáveis relativas à situação de ocupação e aposentadoria. A não utilização do censo de 2000, por sua vez, decorre da escolha em trabalhar com a migração de última etapa, que combina as variáveis “local de última residência” com o tempo ininterrupto no município de residência quando do recenseamento. Em 2000, essas variáveis, que permitem estimar a idade no ano de migração, não fizeram parte do questionário amostral do recenseamento brasileiro que, por esse motivo, não foi utilizado.

Outra base de dados utilizados foi obtida pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal, plataforma na qual o INSS disponibiliza e atualiza mensalmente algumas bases de dados abertos, que registra o tempo de contribuição previdenciária no Brasil. Foram utilizados especificamente os arquivos do conjunto de dados “Benefícios mantidos - Plano de Dados Abertos Jun/2023 a jun/2025”, que disponibiliza atualizações mensais dos benefícios pagos pelo INSS, no formato de microdados, agregados em três arquivos em formato .csv: Benefícios Mantidos Suspensos (BMS), Benefícios Mantidos Ativos (BMA) e Benefícios Mantidos Cessados (BMC). Para reconstituir a base de benefícios ativos no período 2000-2010, foi necessário realizar a junção dos arquivos de benefícios mantidos ativos e benefícios mantidos cessados. Com base na variável data de início do benefício (DIB) foi possível identificar todos os benefícios de aposentadoria emitidos em cada ano dentro do período analisado, tanto para aqueles que foram emitidos a partir de 2000 e mantidos ativos até o final de dezembro de 2010 (data de geração do arquivo), quanto para aqueles que foram emitidos a partir de 2000 e cessados até 2010, que neste caso constam do arquivo BMC.

Do ponto de vista conceitual, foi feita a opção de analisar os fluxos referentes a chamada “migração de última etapa”, que compreende aqueles que mudaram o local de



residência habitual em um intervalo de tempo predefinido. Referem-se aos movimentos migratórios que se processam no chamado período intercensitário, que compreendem genericamente a migração da década. Um dos tipos/conceitos de migração da década é a chamada “migração de última etapa”, que ocorreu imediatamente anterior ao local de residência quando do período de referência do censo demográfico em tela. No caso dos recenseamentos brasileiros o “migrante de última etapa” é identificado como todo indivíduo que residiu em uma unidade espacial diferente daquela em que foi recenseado nos 10 anos anteriores à data de referência do censo, independente do lugar de residência na data do censo anterior, que inclusive poderia ser o local de residência atual (CARVALHO e RIGOTTI, 1998).

A informação de “última etapa” resulta, portanto, da combinação das variáveis relativas ao “tempo de residência” e “local de última residência” e fornece uma amostragem e abrangência temporal mais ampla que os dados de “data-fixa”, mais frequentemente utilizados nos estudos sobre migração interna. O uso da informação censitária que envolve uma maior amostragem é particularmente relevante no caso dos idosos, que constituem uma parcela minoritária dos migrantes. Por outro lado, somente as informações baseadas nesse quesito permitem estimar com relativa acurácia a idade do migrante no momento da migração, subtraindo-se o tempo de residência na localidade da idade. Como o foco deste estudo é na migração de idosos, essa é uma informação crucial, uma vez que permite estimar a idade presumida pelo ano estimado de partida município de origem.

Outra vantagem do uso da informação de última etapa é que fornece um quadro aproximado da evolução das migrações ao longo do tempo, enquanto o quesito de data-fixa fornece apenas uma estimativa pontual no tempo. Contudo, vale ressaltar que, como apenas a última etapa é declarada, à medida que se recua no tempo, as informações são ainda incompletas. Dado o processo de envelhecimento da população brasileira, para analisar devidamente as tendências recentes da migração de idosos, aqui considerados como aqueles com 60 anos ou mais de idade, torna-se fundamental considerar o perfil etário dos migrantes e sua relação com as populações às quais pertencem. Para isso, é importante considerar a idade no momento da migração para garantir que migraram já idosos e não quando foram recenseados.

Há que se destacar a necessidade de cautela ao utilizar a idade no momento da migração para calcular a proporção de migrantes de última etapa por idade em uma dada população e em um dado ano censitário, uma vez que os migrantes poderão ser alocados em categorias etárias às quais já não mais pertencem (pois eles integravam essas categorias quando migraram, não na data de referência do censo). Isso deve ser considerado na interpretação dos



dados, pois a idade de pessoas que migraram em diferentes momentos do tempo será relacionada com a população em uma data específica. Significa que não se trata propriamente de uma proporção, já que os indivíduos no numerador (migrantes) não fazem parte, necessariamente, do denominador (população naquela faixa etária). Embora não seja possível obter valores precisos da proporção de migrantes de última etapa por idade simples na população, é possível, procedendo dessa forma, obter um "quadro geral" da distribuição dos migrantes por idade, de sua evolução ao longo do tempo e avaliar os diferenciais regionais. A estratégia proposta dá uma medida do impacto da migração sobre a população receptora e fornece uma medida aproximada da composição da população em relação ao status migratório. Para fins de análise, os procedimentos metodológicos utilizados podem ser divididos em dois momentos centrais: 1ª) a identificação e categorização dos migrantes idosos em retornados e não retornados; e 2ª) a distinção da situação ocupacional, discriminando os aposentados e ocupados. No primeiro caso, considerou-se o retorno ao município de nascimento comparando-se as variáveis que identificam o município de residência na data do recenseamento e o anterior, além do município de nascimento. Logo, trata-se de um migrante retornado aquele cujo município de residência na data do recenseamento é diferente daquele de residência anterior e corresponde aquele de nascimento.

Já em relação a situação ocupacional, os migrantes idosos foram discriminados em aposentados e ocupados. No primeiro caso (aposentados) foram utilizadas as variáveis V0360 e V0656, respectivamente nos censos de 1991 e 2010, que permitiam identificar as pessoas recebiam rendimento de aposentadoria ou pensão. A combinação dessas variáveis com aquelas que definiam o retorno ou não permitiu categorizar os migrantes idosos em aposentados retornados e aposentados não retornados.

Especificamente para os migrantes ocupados, analisados exclusivamente no Censo de 2010, identificados pela variável V6461 (Código da Ocupação), foi possível computar as frequências das seguintes categorias ocupacionais: Diretores e Gerentes; Profissionais das Ciências e Intelectuais; Técnicos e Profissionais de Nível Médio; Trabalhadores de Apoio Administrativo; Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércio e Mercados; Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca; Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da construção, Mecânicas e outros; Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores; e Ocupações Elementares, conforme definido pela Classificação de Ocupações Para Pesquisas Domiciliares - COD adaptada para as pesquisas domiciliares. No caso do censo de 2010, o IBGE entendeu por ocupação a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa numa atividade econômica.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em linhas gerais, os dados expostos na Tabela 1 permitem observar que, ao comparar o número total de migrantes de 1991 e 2010, ocorreu um crescimento absoluto generalizado da migração de idosos em todo país. No agregado nacional, comparado os dois censos, nota-se que o número de migrantes passou de aproximadamente 780 mil para mais de 1,2 milhão, representando um aumento de mais de 57%. Esse crescimento foi observado em todas as regiões e unidades da federação (UFs), ainda que em volumes mais expressivos nos estados do Sudeste, que, não por coincidência, também apresentavam maiores contingentes de idosos residentes.

É preciso, desde já, ressaltar que boa parte da explicação desse incremento absoluto recai sobre os efeitos da mudança recente na estrutura etária da população brasileira, com reflexo no crescimento expressivo do número de idosos nas últimas décadas, dado o processo de envelhecimento populacional. Quando observadas as taxas de migração de idosos, consideradas aqui como a razão entre o número de imigrantes idosos e a população de idosos estimada no meio de cada decênio analisado, nota-se que a maioria das UFs tiveram redução em pontos percentuais (p.p.), com destaque para os estados do Centro-Oeste brasileiro, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (apenas seis das 27 UFs apresentaram algum crescimento). A comparação entre os dois períodos censitários sugere uma redução na intensidade migratória dos idosos. Contudo, os valores mais baixos dessas taxas foram registrados nos estados mais populosos do Sudeste brasileiro: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e em boa parte das UFs do Nordeste. Não por coincidência, especialmente para os casos de São Paulo e Rio de Janeiro, que foram aqueles que historicamente são importantes receptores de migrantes de todo país, e não exatamente áreas predominantes de migração de retorno, que tradicionalmente atraem expressivos volumes de idosos. Por outro lado, estados do Nordeste, como Bahia e Ceará, foram grandes “expulsores” de população.

Além dessa queda de intensidade e de suas especificidades regionais, há também diferenças sensíveis quando observado o perfil etário desses migrantes, inclusive quando comparadas as taxas específicas de migração por idade e as variações nos percentuais de migrantes nos dois censos. Essa diferenciação é importante pois os migrantes idosos são um grupo heterogêneo. Uma divisão elementar relacionada à idade e à decisão de migrar, segundo Campos e Barbieri (2013), ocorre entre os idosos mais jovens e com melhores condições de saúde e renda, que se deslocam após a aposentadoria e os idosos que, diante do declínio físico e dificuldades financeiras, migram na busca por suporte. Como esperado, a Figura 1 permite

notar uma progressiva queda na intensidade migratória para as idades mais elevadas, especialmente aquelas superiores a 70 anos.

Tabela 1 - Número e proporção de migrantes idosos em relação à população de idosos no meio do período intercensitário nas grandes regiões, UFs e Brasil - 1991 e 2010.

Unidade da Federação/ Grandes Regiões	Migrantes Idosos (Nº)		Taxa de Migração dos Idosos (%)	
	1991	2010	1991	2010
Rondônia	10.389	12.833	33,88	16,25
Acre	1.638	3.125	10,07	8,57
Amazonas	4.382	11.400	5,95	7,25
Roraima	1.079	2.793	20,61	17,69
Pará	20.867	35.054	10,28	8,82
Amapá	1.030	3.448	11,03	14,24
Tocantins	6.918	12.419	15,53	14,55
<i>Norte</i>	<i>46.303</i>	<i>81.072</i>	<i>12,10</i>	<i>10,19</i>
Maranhão	24.619	30.947	9,51	7,11
Piauí	9.782	13.019	6,66	5,22
Ceará	31.984	43.927	7,56	6,16
Rio Grande do Norte	18.044	23.806	10,50	8,87
Paraíba	21.455	27.306	8,41	7,52
Pernambuco	42.116	53.618	8,54	7,20
Alagoas	13.027	17.050	9,10	7,87
Sergipe	7.420	11.316	8,20	7,91
Bahia	44.262	74.526	6,24	6,62
<i>Nordeste</i>	<i>212.709</i>	<i>295.515</i>	<i>7,90</i>	<i>6,94</i>
Minas Gerais	74.092	124.039	7,25	7,17
Espírito Santo	18.502	28.518	12,49	10,43
Rio de Janeiro	49.801	93.667	4,89	5,72
São Paulo	183.054	281.986	8,93	7,85
<i>Sudeste</i>	<i>325.449</i>	<i>528.210</i>	<i>7,68</i>	<i>7,30</i>
Paraná	61.210	82.334	12,44	9,63
Santa Catarina	23.712	53.887	9,18	11,52
Rio Grande do Sul	47.643	79.807	6,77	7,09
<i>Sul</i>	<i>132.565</i>	<i>216.028</i>	<i>9,12</i>	<i>8,82</i>
Mato Grosso do Sul	13.619	20.846	15,79	12,27
Mato Grosso	15.162	23.898	22,16	15,19
Goiás	28.353	49.694	14,83	12,63
Distrito Federal	6.783	14.160	13,57	11,35
<i>Centro-Oeste</i>	<i>63.917</i>	<i>108.598</i>	<i>16,15</i>	<i>12,85</i>
BRASIL	780.943	1.229.423	8,52	7,89

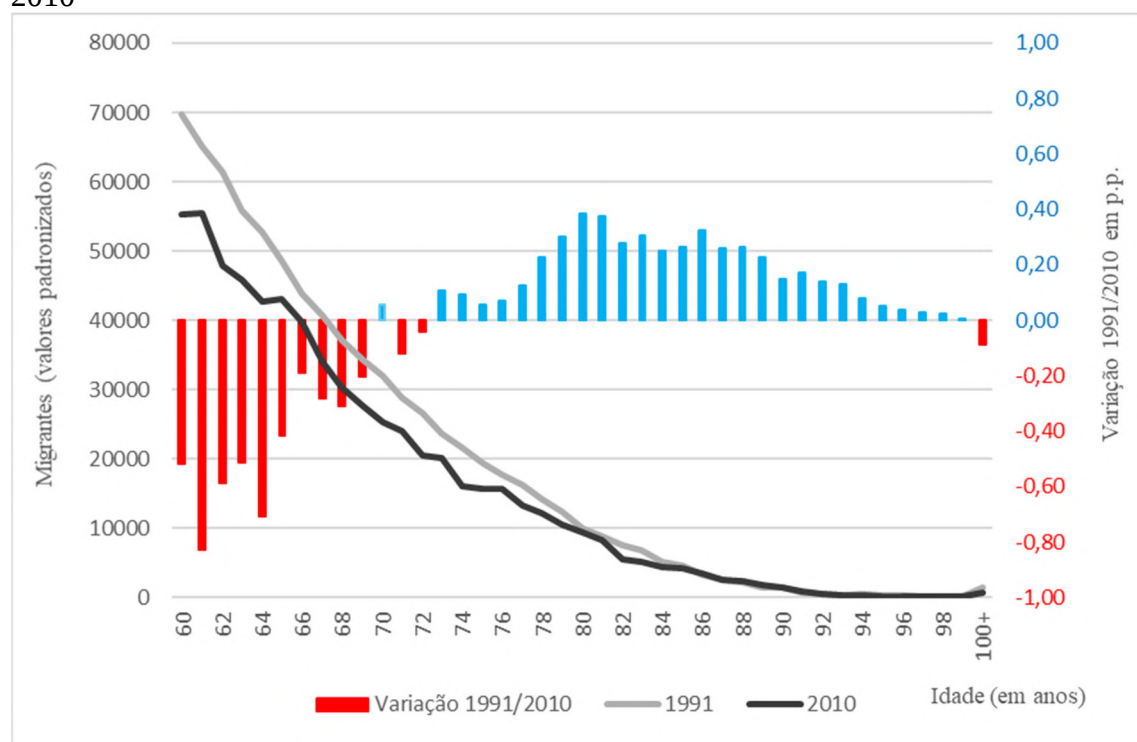
Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

Contudo, ainda que a intensidade migratória tenha uma razão inversa à progressão da idade após 60 anos, observa-se uma redução relativa mais acentuada de 1991 para 2010 para os jovens idosos (sexagenários). Os valores padronizados, que neutralizam os efeitos da mudança



na estrutura etária entre 1991 e 2010, deixam clara essa tendência de queda. Ademais, a diferença em pontos percentuais na proporção de migrantes idosos idade entre 1991/2010 é negativa até os 72 anos (exceto para os migrantes com 71 anos de idade). Ou seja, comparados os dois censos, ocorreu uma redução mais expressiva na intensidade migratória para os idosos mais jovens.

Figura 1 - Migrantes idosos por idade no momento da migração (padronizados pela estrutura etária em 1991) e variação em pontos percentuais (p.p.) na proporção de idosos entre 1991 e 2010



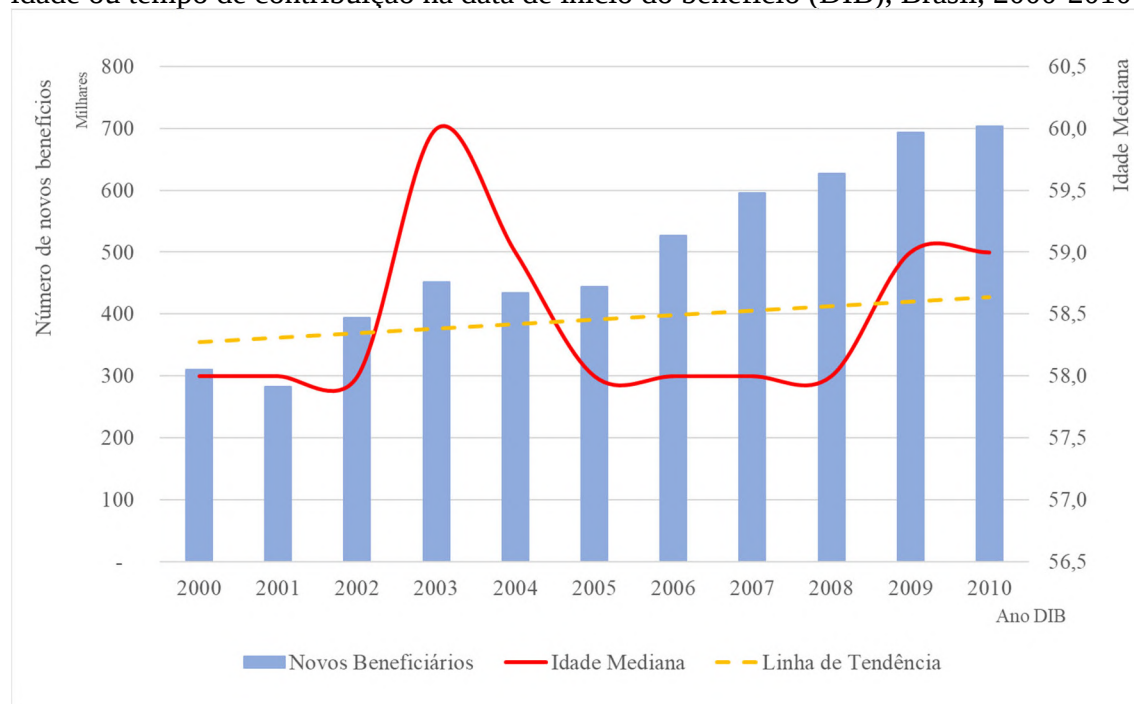
Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

Algumas hipóteses podem ser exploradas para explicar dessa queda nas taxas de migração dos jovens idosos. Não parece estranho supor que as últimas alterações na legislação previdenciária no Brasil, que ampliaram o tempo de contribuição e alteraram a idade mínima de aposentadoria, bem como a estrutura e conjuntura do mercado de trabalho, retiveram por mais tempo a população em atividade. Isso muito possivelmente teve impactos importantes na vida laboral dos jovens idosos, tanto no setor público como no privado. Resultados apresentados por Lobo e Ferreira (2024), ao estudarem alterações no perfil etário dos novos beneficiários por aposentadorias por tempo de contribuição ou idade entre 2000 e 2022 do Regime Geral de Previdência Social brasileiro, indicaram um aumento da idade mediana, especialmente de aposentadoria dos homens em sistemas de contribuição na chamada clientela urbana. Os dados representados na Figura 2, referentes aos registros da década de 2000, ainda que tenham



apresentado oscilações (notadamente nos dados de 2003), indicam uma tendência geral de crescimento da idade mediana, bem como um crescimento da concessão de aposentadorias no país, decorrente do crescimento do número de idosos.

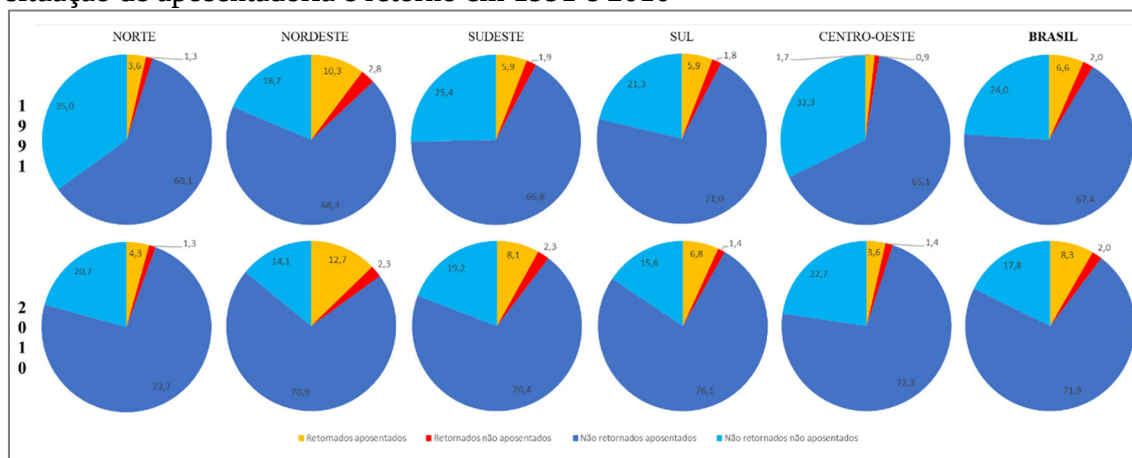
Figura 2 – Idade mediana dos novos beneficiários do Regime Geral com aposentadoria por idade ou tempo de contribuição na data de início do benefício (DIB), Brasil, 2000-2010



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do portal do INSS.

Essa relação entre a tendência de alargamento da vida laboral, com o adiamento da aposentadoria e redução da intensidade da migração parece ser esperada quando se recorre aos modelos apresentados por Rogers e Castro (1981). Ao descrever o padrão etário de migração, esses autores já indicavam um aumento da propensão a migrar ao final do ciclo laboral, especialmente nos lugares onde há forte retorno da população para os locais de nascimento ou moradia anterior (Rogers e Castro, 1981). No caso brasileiro, em que todas as regiões apresentaram um aumento na proporção de migrantes idosos aposentados (Figura 3), ainda que não retornados especificamente ao município de nascimento. Os retornados, tanto os não aposentados, mas notadamente os aposentados, eram proporcionalmente maiores no caso do Nordeste, onde tradicionalmente predomina a origem das grandes correntes de emigração para o centro-sul brasileiro. Todavia, a categoria que apresentou a maior variação positiva em pontos percentuais no período considerado foi a dos não retornados aposentados e a maior variação negativa foi na categoria dos não retornados não aposentados.

Figura 3 – Distribuição relativa (%) dos migrantes idosos de última etapa desagregados por situação de aposentadoria e retorno em 1991 e 2010



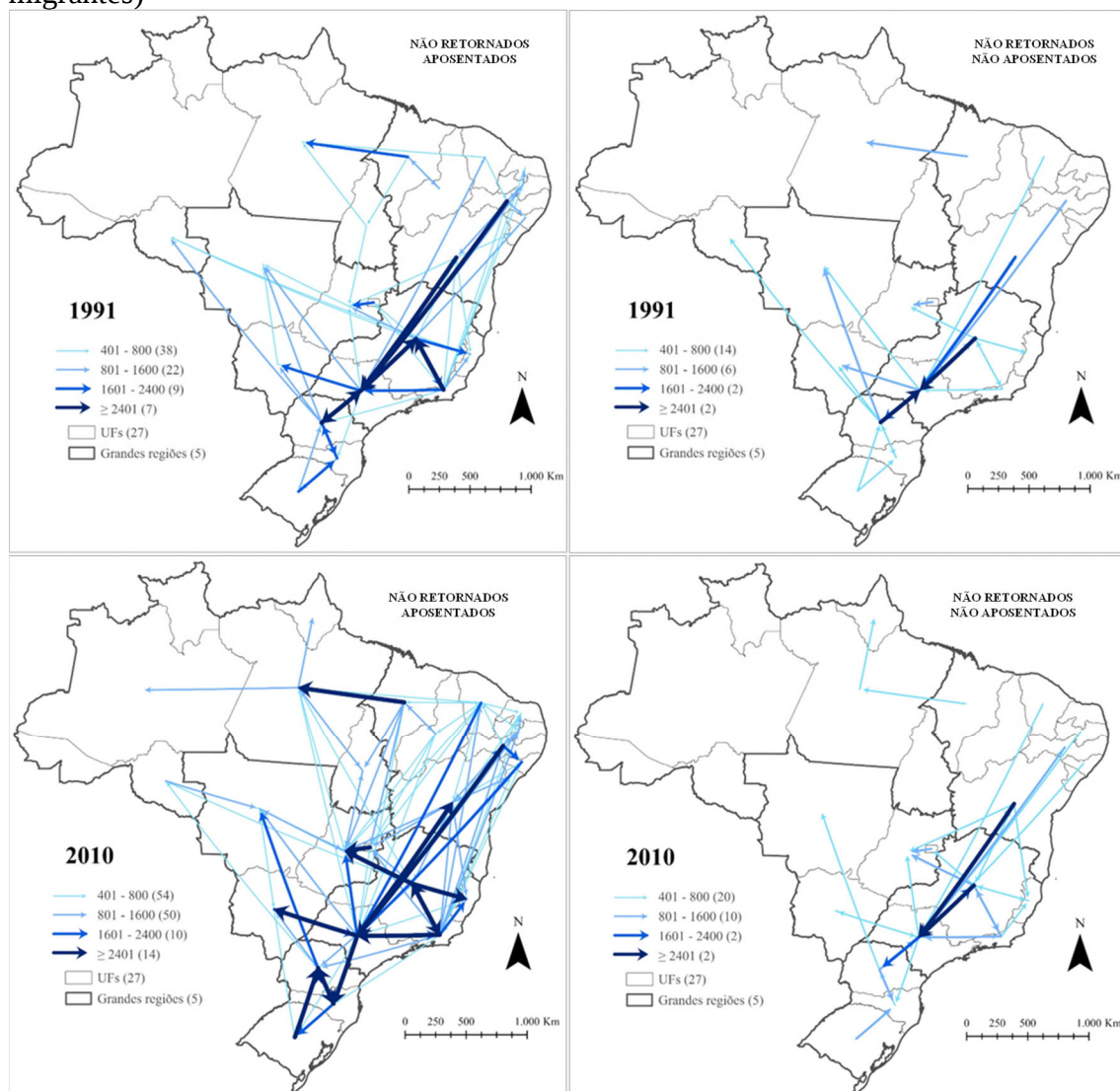
Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

A Figura 4 representa os padrões dos principais vetores migratórios interestaduais de não retornados, aposentados e não aposentados, em 1991 e 2010⁴. Ao comparar as duas décadas censitárias, para o caso específico dos aposentados, nota-se, além do crescimento da migração de idosos no país, a intensificação da migração para UFs do Nordeste, seja por vetores inter-regionais ou mesmo intrarregionais. Já os migrantes não aposentados, em intensidade bem inferior, têm um padrão espacial um pouco mais concentrado, principalmente no Sudeste brasileiro. O próprio dinamismo e a rede urbana mais densa nessa região são possivelmente fatores que explicam essa diferenciação regional para os não aposentados.

Chamam atenção os casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, todos com mais de 7% dos imigrantes idosos não aposentados. É plausível supor que essa maior prevalência relativa esteja associada a característica econômica regional, com mercado de trabalho mais atrativo e voltado a atividades que mais absorvem mão de obra em idades mais elevadas, especialmente aquelas vinculadas ao comércio e prestação de serviços.

⁴ Foram considerados os vetores migratórios com volume superior a 400 migrantes.

Figura 4 – Vetores migratórios de última etapa de idosos não retornados e aposentados e não aposentados, Unidades da Federação (UFs) no Brasil, 1991 e 2010 (vetores com mais de 400 migrantes)

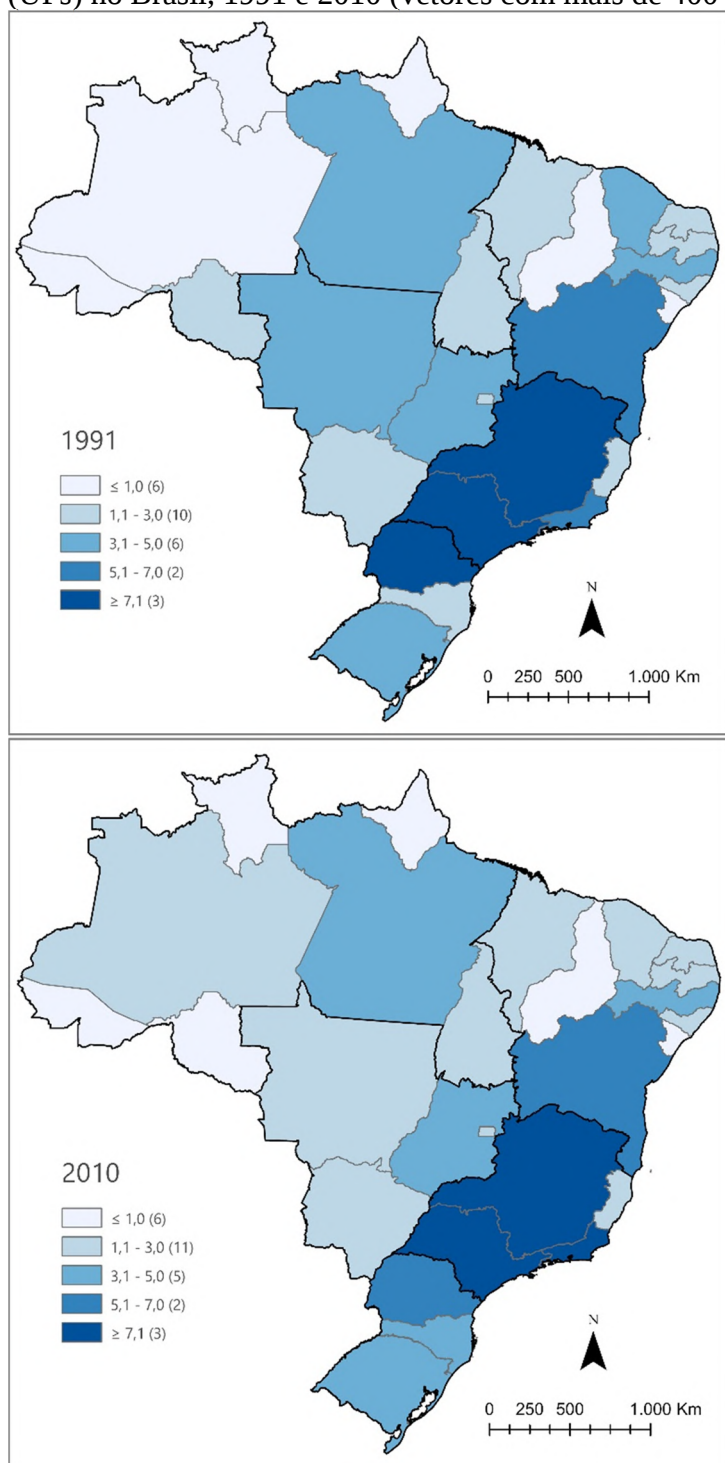


Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

Entre os migrantes idosos não aposentados ocupados, retornados ou não, não há grandes diferenças no perfil ocupacional, conforme Classificação de Ocupações Para Pesquisas Domiciliares. Em ambos os casos, prevalecem as ocupações classificadas no grupo denominado “Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca”. Nos dois casos (retornados ou não) representavam mais de 21% em 2010. As denominadas “Ocupações Elementares”, que envolvem aquelas de menor exigência de qualificação, também aparecem com alta frequência (mais de 18% nos dois grupos). Não parece haver, portanto, padrão ocupacional distinto entre os retornados ou não ao município de nascimento. Há, contudo, sinais de prevalência de ocupações menos ajustadas as atividades laborais dos grandes centros urbanos da atualidade.



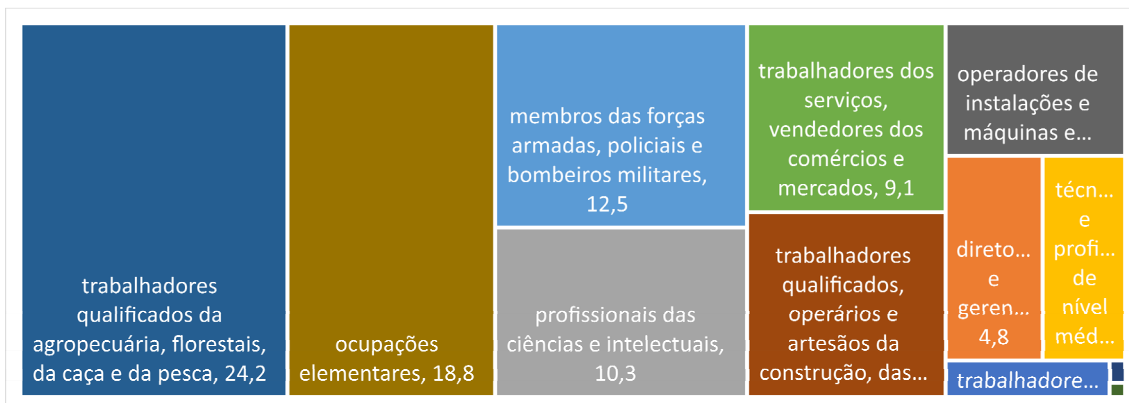
Figura 6 – Percentual de migrantes idosos ocupados não aposentados, Unidades da Federação (UFs) no Brasil, 1991 e 2010 (vetores com mais de 400 migrantes)



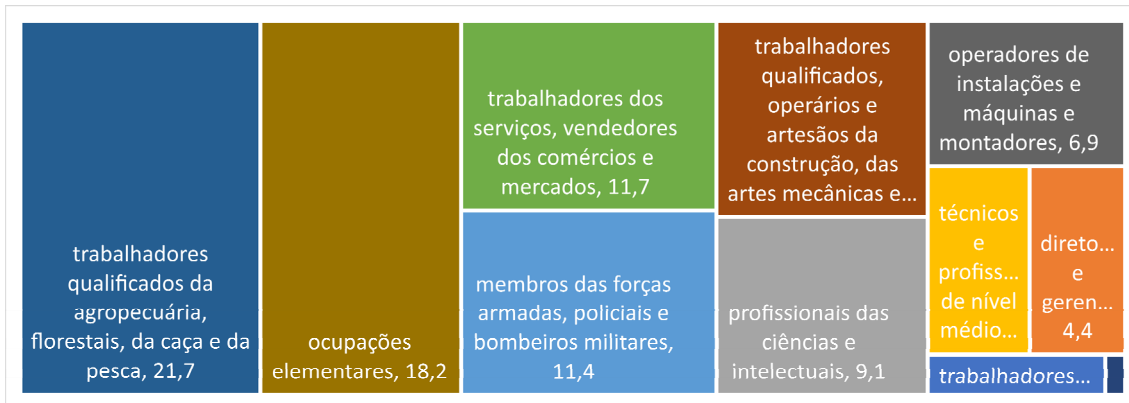
Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos Censos de 1991 e 2010.

Figura 5 – Grupo de ocupação dos migrantes de última etapa intermunicipais idosos por Unidades da Federação (UFs) não aposentados no Brasil, 2010

Retornados



Não retornados



Fonte:

Elaboração própria. Dados extraídos do Censo de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado do crescimento das diferentes formas de mobilidade espacial da população tem se apresentado cada vez mais relevante na atualidade. Embora algumas evidências apontem um quadro geral de crescimento do volume e da proporção idosos no país, pesquisas que caracterizarem e descrevam especificamente a migração de idosos ainda são bastante imprecisas e escassas. Também são raras aquelas que avaliam a prevalência ou não do retorno e os perfis ocupacionais dos migrantes desse grupo populacional.

Devido ao rápido avanço da transição demográfica e do consequente envelhecimento populacional acelerado, a expectativa é que os volumes e proporções de idosos migrantes se tornem cada vez mais relevantes. Contudo, os dados expostos nesse artigo sugerem que a intensidade migratória desse grupo populacional não cresceu como esperado. Os resultados indicam que as taxas de migração dos idosos mais jovens experimentam uma redução relativa não desprezível. Possivelmente a queda na intensidade migratória nessa faixa etária é consequência direta da ampliação da vida laboral, dada a retenção por maior tempo da



população no mercado de trabalho (crescimento da idade de aposentadoria), o que parece retardar os potenciais efeitos das migrações de retorno.

Os resultados apresentados, mesmo que não permitam a imputação de tendências consolidadas, dada a circunscrição do recorte temporal aos censos demográficos de 1991 e 2010, sugerem uma presumida relação direta entre as alterações recentes no mercado de trabalho e no sistema previdenciário social brasileiro com a migração de idosos. Não parece estranho supor que os efeitos da ampliação do tempo de contribuição têm forçado ou induzido a manutenção no mercado de trabalho e/ou realocação laboral dos idosos, incluindo, em muitos casos, de adiar ou inibir a migração após a saída por aposentadoria do mercado de trabalho.

Cabe lembrar, no entanto, que a definição de idoso a partir 65 anos, diferente do utilizado na metodologia nessa pesquisa, possivelmente traria resultados distintos. No entanto, a adoção da faixa entre 60 e 64 anos, que envolvem os aqui denominados jovens idosos, não raro ainda dispõem de plenas condições de exercer trabalho remunerado, integrando a chamada população potencialmente ativa (ainda que façam parte da população em idade inativa). Há, também, diferenças importantes quando comparados homens e mulheres. A seletividade por sexo é certamente um aspecto que merece ser explorado em novos esforços para entender as diferentes formas de mobilidade da população idosa, incluindo a migração.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011.

BELL, M.; BLAKE, M.; BOYLE, P.; DUKE-WILLIAMS, O.; REES, P.; STILLWELL, J.; HUGO, G. Cross-national comparison of internal migration: issues and measures. **Journal of the Royal Statistical Society Series A: Statistics in Society**, v. 165, n. 3, p. 435-464, 2002.

BERNARD, A.; BELL, M.; CHARLES-EDWARDS, E. Life-course transitions and the age profile of internal migration. **Population and Development Review**, v. 40, n. 2, p. 213-239, 2014. DOI: 10.1111/j.1728-4457.2014.00671.x.

BRITO, F.; ANDRADE, M.; ALBUQUERQUE, E. A população na cena política: o debate sobre as consequências do envelhecimento populacional. In: **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2018. p. 261-282.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1998.



CAMPOS, M.; BARBIERI, A. Considerações teóricas sobre as migrações de idosos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. 69-84, 2013.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1998.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 725-733, 2003. DOI: 10.1590/S0102-311X2003000300005.

CARVALHO, R. C. **Exploring the changing patterns of population (re)distribution in Brazil: a multiscale and multidimensional approach**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CASTRO, L. J.; ROGERS, A. What the age composition of migrants can tell us. **Population Bulletin of the United Nations**, 1983.

IBGE. **Projeções da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LITWAK, E.; LONGINO, C. Migration patterns among the elderly: a developmental perspective. **The Gerontologist**, v. 27, n. 3, p. 266-272, 1987. DOI: 10.1093/geront/27.3.266.

LOBO, C.; FERREIRA, R. N. Envelhecimento populacional e a mobilidade pendular laboral nas concentrações urbanas metropolitanas do Brasil. **População e Sociedade**, Porto, v. 42, p. 198-216, 2024. DOI: 10.52224/21845263/rev42v4.

LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. **Mercator (Fortaleza. Online)**, Fortaleza, v. 15, p. 19-36, 2016.

MAIER, G.; VYBORNÝ, M. Internal migration between US-states: a social network analysis. **SRE - Discussion Papers**. Vienna: Vienna University of Economics and Business, 2005.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, p. 431-466, 1993. DOI: 10.2307/2938462.

MINCER, J. Family migration decisions. **The Journal of Political Economy**, v. 86, n. 5, p. 749-773, 1978.

OPENSHAW, S. **The Modifiable Areal Unit Problem**. Norwich: GeoBooks, 1984.



RIGOTTI, J. I. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo.** 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RIGOTTI, J. I. R. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 32., 2008.

RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J.; HADAD, R. M. Migrações internas no Brasil: (des)continuidades regionais à luz do Censo Demográfico 2010. **Revista Geografias**, p. 8-24, 2017.

ROGERS, A.; CASTRO, L. J. **Model migration schedules.** Laxenburg, Áustria: International Institute for Applied Systems Analysis, 1981.

ROGERS, A. Age patterns of elderly migration: an international comparison. **Demography**, v. 25, n. 3, p. 355–370, 1988.

ROGERS, A.; WILLEKENS, F.; LITTLE, J.; RAYMER, J. Describing migration spatial structure. **Papers in Regional Science**, v. 81, n. 1, p. 29-48, 2002.

SANTOS, R. O.; BARBIERI, A. F.; AMARAL, E. F. Transiciones del curso de vida y migración interna en el Brasil: un análisis basado en datos de múltiples períodos. **Notas de Población**, v. 50, n. 116, p. 105-135, 2023.

STARK, O.; BLOOM, D. E. The new economics of labor migration. **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 173–178, 1985.

UNITED NATIONS. DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. POPULATION DIVISION. **World population ageing 2019** (ST/ESA/SER.A/444), 2020.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, E. D. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**, p. 453-480, 2004.

WALTERS, W. Types and patterns of later-life migration. **Geografiska Annaler. Series B, Human Geography**, v. 82, n. 3, p. 129-147, 2000.

WALTERS, W. Later-life migration in the United States: a review of recent research. **Journal of Planning Literature**, v. 17, n. 2, p. 37-66, 2002.

WISEMAN, R. F.; ROSEMAN, C. C. A typology of elderly migration based on the decision-making process. **Economic Geography**, v. 55, n. 4, p. 324-337, 1979.